

G O V E R N A D O R
MILTON
VICE: RAFAELLA SOARES



COLIGAÇÃO
UMA NOVA HISTÓRIA
PARA SERGIPE
PMN/PATRIOTA



PLANO DE GOVERNO
2019/2022

UMA NOVA HISTÓRIA PARA Sergipe



“ QUANDO SE NAVEGA SEM DESTINO,
NENHUM VENTO É FAVORÁVEL ”
(Sêneca)

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	04
<i>Introdução Geral</i>	07
<i>Planejamento Estratégico</i>	08
<i>Panorama Geral e Compromissos</i>	
<i>Eixo 1. Governança e Governabilidade</i>	
<i>Organização Administrativa</i>	11
<i>Eixa 2. Municípios: fatores de qualidade de vida e bem estar social</i>	
<i>Educação e Cultura</i>	15
<i>Saúde</i>	22
<i>Segurança</i>	28
<i>Habitação</i>	32
<i>Eixo 3. Empreender para Crescer</i>	
<i>Desenvolvimento Econômico</i>	36
<i>Conclusão</i>	39

APRESENTAÇÃO



overnar é um desafio de grande complexidade, exigindo cada vez mais, excelência técnica das equipes envolvidas.

E esse desafio adquire contornos mais claros num Estado que, sendo pequeno, deveria ser, por uma questão de lógica, de fácil gerenciamento, mas se encontra numa situação que podemos chamar de caótica em função da incapacidade administrativa dos últimos governantes.

Para fazer Sergipe voltar a galgar posições de destaque no âmbito nacional, é de vital importância apoio político e popular, mas, além disso, exige dos governantes uma visão aguçada para, analisando as reais necessidades do povo e as possíveis alternativas, escolher novos caminhos, através de uma condução transparente, participativa e ética.

*“ Não existe vento favorável
para o marinheiro
que não sabe aonde ir. ”*

Com esta frase, Sêneca, filósofo romano, expressa a ideia segundo a qual a vida não depende do destino, da sorte ou da ocasião, mas de determinação do sujeito que dita normas de conduta e que planeja o futuro.

Pelo que a tese do filósofo contém de verdade, este documento foi elaborado dentro da mesma filosofia, como alicerce sobre o qual será projetado um plano de governo completo e exequível para o período de 2019/2022, nas diversas áreas de atuação do Estado, estabelecendo diretrizes, metas, objetivos e estratégias, como instrumento orientador para a ação governamental.

O povo sergipano sabe aonde quer chegar e clama por mudanças básicas que lhe permitam exercer seu direito a serviços públicos de qualidade nas áreas da saúde, educação, segurança, emprego, mobilidade urbana, competitividade, ou seja, nada nada irreal ou impossível.

O governante tem o dever de responder aos justos anseios da comunidade, com ações pautadas pela eficiência, honestidade, probidade, ética e moral. Sergipe rejeita todo procedimento contrário de políticos que negligenciam esses valores, no trato da coisa pública, em prol da consecução dos seus projeos pessoais.

O pressuposto natural e indissociável da vida pública deveria ser “o servir” que, infelizmente vem, governo após governo, sendo substituído pelo “ser servido”.

Sergipe não é um “caso perdido”. Cabe a nós reconquistar, pela conduta irrepreensível e transparência, a confiança desse povo valente que trabalha, paga impostos e merece ter vez e voz nos destinos do seu Estado.

Com intolerância absoluta à corrupção, é possível extirpar definitivamente da ação pública, privilégios, clientelismos, compadrios, com a adoção intransigente da meritocracia e valorização do servidor.

O documento que ora apresentamos não é uma simples carta de intenções, não é mero um papel para atender à exigência da justiça eleitoral; é um compromisso que firmo com o povo sergipano; compromisso que norteará as mudanças mais importantes para o desenvolvimento do Estado e melhoria da qualidade de vida da população de Sergipe.

É uma proposta de trabalho, que traz, preliminarmente, respostas aos nossos problemas e concebida em linguagem simples, compreensível para todo cidadão que poderá acompanhar, com facilidade, o cumprimento dos compromissos assumidos. Para isso, metas e estratégias são constatáveis demonstrando, sem rodeios, o Sergipe que queremos construir, como deve ser todo planejamento sério e eficaz.

Este documento é como o ponto de partida para um processo de amplos e democráticos debates com a sociedade, visando, detalhar as presentes diretrizes, mediante fixação das ações e programas específicos para cada setor de atividade governamental.

Como obra aberta, os indicativos e as medidas concretas delineadas poderão incorporar a contribuição de todos os que, movidos pelos mesmos ideais, se juntarem a nós, na reconstrução de uma sociedade democrática, livre, desenvolvida e justa, como reza a constituição do Estado.

Todas as demandas pertinentes, voltadas para o bem comum poderão ser acolhidas e incorporadas, desde que atendam aos principais anseios do nosso povo: gestão pública eficiente; competitividade econômica e melhoria da qualidade de vida.

Como compromisso fundamental reafirmo a determinação de alicerçar todo nosso agir nos pilares representados pela renovação política, combate irrestrito à corrupção e gestão eficiente da máquina pública.

Disponibilizando este plano de governo, como instrumento balizador, que-

remos unir poder público e sociedade, para, em parceria, trabalharem com segurança na construção de uma nova história para Sergipe, como o povo sergipano espera e merece.

INTRODUÇÃO GERAL

Para elaboração deste documento, partimos de um diagnóstico dos principais problemas do Estado, construído a partir de estudos setoriais e dos dados estatísticos disponíveis, obtidos com dificuldade dos órgãos governo, bem como da valiosa colaboração de técnicos e representantes dos diferentes setores da sociedade que nos trouxeram sua visão sobre a realidade sergipana.

As informações e proposições foram organizadas em torno de três eixos estruturantes que sintetizam a ação do governo estadual nos próximos quatro anos e abordam temas que, ao final, contribuirão, conjuntamente, para a construção de uma nova história para Sergipe:

Eixo 1. Governabilidade e governança



Este primeiro eixo demonstra a nova maneira que queremos implantar no exercício da administração dos recursos sociais e econômicos, visando o desenvolvimento e a possibilidade de planejar, formular e programar políticas no cumprimento da função básica do Estado, o que segundo o banco mundial significa governança.

Em consequência, criaremos condições necessárias ao exercício do poder, fortalecendo a capacidade de decidir e de realizar políticas públicas. Em outras palavras, resgatar a governabilidade comprometida pela gestão desastrosa dos governos que nos antecederam.

A reorganização da estrutura e dos procedimentos administrativos com racionalização dos custos, juntamente com as políticas fiscal e tributária tem o objetivo fundamental de prover os recursos necessários para a prestação dos serviços públicos.

O enfrentamento das dificuldades que desafiarão o governo estadual exigirá competência, austeridade e eficiência no campo administrativo, condição essencial para a viabilização de todos os projetos de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento econômico.

Eixo 2. Municípios: fatores da qualidade de vida e bem estar social



No segundo eixo, faz-se uma síntese dos serviços que atendem às necessidades e direitos básicos do cidadão, responsabilidade primeira e prioridade absoluta do Estado.

Tratamos aqui das ações relativas à educação, à saúde, à segurança pública, e às políticas sociais e de proteção aos menos favorecidos.

A meta é tornar Sergipe referência em qualidade de vida através de ações conjugadas com os governos municipais, pois as pessoas vivem no município e é ali que são experienciadas as dificuldades que oprimem o cidadão, o agravamento da qualidade de vida da população e a degradação do meio ambiente.

É para lá, portanto, que devem se orientar as políticas que propiciarão à população a satisfação do viver bem.

Eixo 3. Empreender para crescer



Além da reorganização da máquina administrativa e da oferta de uma boa qualidade de vida, o Estado é também responsável pela disponibilização de condições que impulsionem o empreendedorismo, atraiam investimentos e fomentem o consequente desenvolvimento econômico do Estado.

O que se pretende é fazer do governo estadual um parceiro do setor produtivo executando políticas gerais de tributação, investimentos e logística, bem como aquelas especificamente destinadas aos diversos setores da economia.

Cada um destes três eixos estruturantes, como num grande organismo, age numa determinada área de atuação do governo mas cada parte interfere positiva ou negativamente nas outras.

Por estarem profundamente conectadas, devem promover a interação entre os três níveis de governo, entre os diferentes órgãos estaduais, destes com a sociedade civil e com outras entidades que, na condição de parceiras, serão inseridas em ações que venham contribuir com a melhoria na prestação dos serviços e dessa forma, mudar, para melhor, a vida do sergipano.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Embsamento teórico

“ Se eu tivesse seis horas para derrubar uma árvore passaria as quatro primeiras afiando o machado. ”

Abraham Lincoln

Planejamento deve ser entendido como o exercício de escolha consciente de ações que aumentem as chances de se obter um resultado específico. É uma atividade dinâmica que se opõe ao improviso, buscando orientar as decisões a partir das informações disponíveis.

Resumidamente, pode-se dizer que o planejamento enseja responder a três questões principais:

Onde estamos? Para onde queremos ir? Como chegar lá?

Para reponder a essas três perguntas, qualquer entidade deve conhecer profundamente sua missão, seus valores e a visão do futuro que deseja construir.



Missão

Diz a constituição estadual, em seu art. 1º, que é missão do Estado “promover a defesa da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da moralidade, da probidade e eficiência administrativas, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, objetivando a construção de uma sociedade democrática, livre, desenvolvida e justa”.(Art. 1º , constituição estadual)



Visão

Assim legalmente definida na constituição, essa missão é o que, na prática, podemos entender como a razão de ser do governo, o que pretendemos cumprir integralmente, oferecendo ao povo sergipano uma visão de futuro em que nosso Estado seja referência nacional, reconhecido ao fim dos próximos quatro anos como um dos três melhores Estados do nordeste, pelo desempenho no ranking nacional de qualidade de vida e desenvolvimento econômico.



Valores

Para transformar em realidade essa visão de futuro, serão envidados todos os esforços, sem abandonarmos, em nenhuma circunstância, os valores norteadores de nossas decisões e execução das ações:

- ✔ Gestão eficiente
- ✔ Espírito público
- ✔ Transparência,
- ✔ Sensibilidade social
- ✔ Inovação
- ✔ Intolerância à corrupção
- ✔ Meritocracia

Seguindo uma linha de orientação do trabalho, começamos pela análise do panorama geral do Estado, como resposta à questão *“onde estamos?”* Para indicarmos os caminhos adequados que nos levarão ao *“onde queremos chegar”*.

PANORAMA GERAL

No panorama geral, o cenário não é animador. Os desafios são gigantescos e quase assustadores.

Em termos de indicadores sociais, Sergipe não se apresenta numa situação confortável, se comparado com as médias nacionais.

Com um baixo índice de desenvolvimento humano se revela como um dos Estados com pior qualidade de vida para sua população.

Em última análise, isso demonstra que as opções estratégicas do Estado não têm se revertido em melhorias significativas no campo social.

Não são melhores os resultados de um diagnóstico da economia, com poucos incentivos ao empreendedorismo, alto nível de desemprego, baixo índice de competitividade, procedimentos altamente burocratizados, política fiscal inadequada.

Tal como na área social, políticas fiscais e opções estratégicas equivocadas têm mostrado um resultado pífio no desempenho da economia o que, em outras palavras, indica recessão do desenvolvimento do Estado.

Esta é o quadro geral da situação atual de Sergipe que se desdobra em peculiaridades de cada setor.

Eixo 1. Governabilidade e governança



ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

SITUAÇÃO ATUAL

Com gestão baseada em critérios políticos/eleitoreiros, a organização administrativa do Estado carece de uma profunda reestruturação que recupere o equilíbrio das contas, gerando condições ideais para viabilizar a execução de programas setoriais.

A máquina está visivelmente hipertrofiada, com superposição de objetos entre as secretarias e órgãos da administração indireta. Pelo menos oito empresas executam matéria idêntica a alguma secretaria.

Compõem essa estrutura, dezoito secretarias, além de quatro órgãos da administração direta totalizando vinte e dois órgãos com peso de secretaria. Interessante é registrar que na década de 80 o governo contava, apenas, com oito secretarias e gradativamente esse número foi aumentando com o único objetivo de atender a demandas de aliados políticos.

Além dos servidores efetivos, os serviços são executados por ocupantes de cargos de confiança e outros recrutados através de empresas prestadoras de serviço, selecionados por critérios de apadrinhamento meramente político, cujo quantitativo exato não se pode precisar, uma vez que não são expostos no portão de transparência.

E sabe-se que falta de transparência indica, proporcionalmente, a prática de corrupção no serviço público.

Atingindo uma folha de pagamento que ultrapassa o limite prudencial da LRF, o governo mantém a recorrente prática de utilizar um volumoso quantitativo de ocupantes de cargos de confiança e contratação através de empresas prestadoras de serviço, que acaba por produzir prejuízo à administração pública tanto no que diz respeito à administração financeira como na qualidade dos serviços oferecidos:

- 1** Significativa perda de arrecadação, uma vez que esses colaboradores deixam de recolher suas contribuições para a previdência do Estado fazendo o recolhimento para o INSS;
- 2** Alta rotatividade de terceirizados e comissionados gerando descontinuidade dos serviços públicos;
- 3** Baixa produtividade, pela nomeação de pessoas sem qualificação para o exercício.

Relativamente aos salários, os servidores ativos, aposentados e pensionistas vêm sofrendo repetidos atrasos no pagamento e, desde 2012, ausência de aumento até mesmo a título de reposição das perdas inflacionárias.

A redução do poder de compra, além do desestímulo à atividade do servidor, tem reflexo imediato na economia, uma vez que a retração do consumo que afeta esse grande contingente detentor da maior parcela do PIB estadual inibe o desenvolvimento das atividades produtivas e em consequência, reduz a arrecadação de tributos.

Em 2017 as despesas cresceram 10% enquanto a receita cresceu apenas 2% na mais clara evidência da incompetência do governo que vem, gestão após gestão, convivendo com esse deplorável desequilíbrio na balança financeira do Estado.

Para alcançar a eficiência administrativa e assegurar o equilíbrio das contas públicas, será determinante a adoção de medidas austeras, condição essencial para que a máquina estadual produza resultados esperados, com os recursos escassos com que provavelmente vai ter que contar, enquanto arca com um déficit na ordem de seiscentos milhões e uma dívida de sete bilhões de reais.

COMPROMISSOS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo 1: *Alcançar a eficiência administrativa com reequilíbrio das contas públicas*

1 - Valorização o servidor de carreira, numa gestão baseada na meritocracia.

- ✔ Estruturar plano estadual de cargos e carreira, com critérios e normas de ascensão definidos;
Instituir remuneração variável mensurada pelo desempenho;
- ✔ Conceder anualmente reajuste salarial compensando, no mínimo, as perdas inflacionárias;
- ✔ Definir e cumprir as calendário de pagamento dos salários, proventos de aposentadorias e pensões;;
- ✔ Definir roteiro de capacitação e aperfeiçoamento sistemático dos servidores;
- ✔ Priorizar os servidores de carreira para provimento de cargos em comissão substituindo os critérios políticos pela mensuração do mérito baseado no exercício da função e participação em cursos;
- ✔ Aprimorar gratificação de direção e coordenação, quando exercidos por servidores efetivos;
- ✔ Realizar concurso público para provimento de cargos efetivos oxigenando a máquina pública;
- ✔ Implementar a criação de escola de formação e aprimoramento para os servidores.

2 - Modernização da gestão pública estadual

- ✔ Reduzir o número de secretarias para oito;
- ✔ Reduzir os cargos comissionados de nomeação política para 650;
- ✔ Reduzir o número de terceirizados, e inclui-los nominalmente no portal de transparência;
- ✔ Extinguir regalias e privilégios;
- ✔ Proceder a revisão dos contratos de prestação de serviços;

- ✔ Destinar 6% (seis por cento) do orçamento para investimentos; adotar novas tecnologias aplicadas à administração;
- ✔ Racionalizar as despesas de custeio, economizando seiscentos milhões ao ano;
- ✔ Otimizar o portal de compras estadual, automatizando o processo de licitação, compras governamentais e gestão de estoque;
- ✔ Definir e cumprir as datas de pagamento nos editais de compras de bens e de contratação de serviços;
- ✔ Fortalecer a descentralização das políticas públicas mediante parcerias com municípios e consórcios intermunicipais;
- ✔ Promover a concepção de um banco de dados estadual com as informações completas das compras governamentais do Estado e de municípios;
- ✔ Implantar os processos de monitoramento, avaliação e revisão dos programas de governo, visando mantê-los atualizados e integrados às demandas da sociedade;
- ✔ Fortalecer a estrutura central de controle interno potencializando o seu papel na prevenção da corrupção e do desperdício.
- ✔ Exigir a contratação de seguro anticorrupção garantidor de preços e prazo em obras públicas de grande porte.
- ✔ Virtualizar a comunicação interna da administração e o atendimento ao cidadão, pondo fim à era do papel.






3. Redução do deficit previdenciário de 1,2 bilhões para 800 milhões

- ✔ Promover auditoria completa nas aposentadorias e pensões concedidas pelo Sergipe previdência;
- ✔ Instituir alíquota progressiva para contribuição previdenciária;
- ✔ Fazer cumprir o teto constitucional para vencimentos e proventos de servidores;
- ✔ Imputar o déficit previdenciário ao poder competente;
- ✔ Substituir colaboradores comissionados e terceirizados por servidores efetivos.

Eixo 2. Municípios: fatores da qualidade de vida e bem estar social



Buscando atender às reivindicações do povo sergipano, sem prejuízo de outros temas relevantes, distribuimos o trabalho neste eixo, em cinco frentes de trabalho:

-  Educação e cultura
-  Esporte e lazer
-  Habitação
-  Saúde
-  Segurança

EDUCAÇÃO E CULTURA

SITUAÇÃO ATUAL

A educação em Sergipe, vive uma profunda crise na sua qualidade.

A comparação nacional, no quesito educação, indica nosso Estado ocupando a pior posição, na avaliação do ideb.

A escola pública estadual, que atende a maior parte dos estudantes no ensino médio, não evitou a oscilação dos resultados de tempo médio de estudo, bem como a involução desse índice o ensino fundamental, embora universalizado, tem desempenho sofrível e ocupa também a última posição no ranking nacional enquanto 88% dos estudantes sergipanos estão na rede pública.

Os resultados de aprendizagem nos mostram que são grandes as dificuldades a enfrentr. Nossos melhores alunos, quando comparados ao restante do mundo, apresentam resultados similares aos piores alunos dos do vietnam, apesar de investirmos tanto quanto países com alto desempenho de aprendizagem, como a coreia do sul.

De acordo com o censo escolar, Sergipe conta com 1.756 Escolas públicas, das quais,351 são estaduais; sendo que apenas 30% dos alunos aprenderam o suficiente na competência leitura e interpretação de texto no 5º ano e apenas 20% no 9º ano; já em matemática, o desempenho é ainda pior: 20% dos alunos do 5º ano e 7% dos alunos do 9º ano aprenderam o suficiente.

Dados do mesmo censo mostram que diversas escolas não contam, por exemplo, com biblioteca ou sala de leitura mas vai além: um relevante percentual de unidades de ensino não tem infraestrutura básica, como esgoto e água tratada.

Por vezes funcionam em prédios com deficiência em manutenção, sem condições de higiene, em ambientes inadequado ao ensino de qualidade.

É visível a necessidade de investimento nas unidades escolares que se apresentam sem condições físicas pedagógicas e ambientais necessárias para oferecer uma educação de qualidade.

Estudos e pesquisas têm apontado de modo geral alguns fatores determinantes do baixo desempenho dos alunos especialmente os da rede pública. Entre eles, destacamos:

- 1** Os alunos permanecem entre quatro e cinco horas na escola, sendo baixo o percentual aplicado no ensino de conteúdos.
- 2** Gestores escolares são indicados por critérios políticos/eleitóreiros sem formação adequada
- 3** O corpo docente se mostra despreparado para os desafios que representam novos métodos pedagógicos e tecnologias voltados para educação sem a necessária participação em cursos que melhor o qualifiquem para o exercício da docência e gestão escolar.
- 4** Os cursos nas faculdades são focados mais à teoria do que à prática e os universitários não aprendem o quê e como ensinar
- 5** Poucos se oferece como incentivos que estimulem o exercício da atividade docente.

Para suprir essas deficiências é primordial que o Estado invista na formação permanente do corpo docente e demais servidores da educação e amplie o ensino em tempo integral, oferecendo formação para o trabalho, esporte e atividades de cunho cultural.

Além dos benefícios para os alunos, devemos considerar que a ampliação do ensino em tempo integral não vai gerar nenhum aumento de despesas para o Estado, uma vez que o governo federal destina um acréscimo de dois mil reais anualmente para custeio e um incremento diário de trinta e cinco centavos para dois reais, por educando, destinados à merenda escolar, como estímulo à adoção desse modelo.

Outros sintomas preocupantes da situação do ensino são os altos níveis de evasão escolar, e de analfabetismo ou analfabetismo funcional, cujas causas são variadas e ligadas a contextos diversos.

Dentre os motivos alegados pelos pais ou responsáveis para a evasão dos alunos, são mais frequentes nos anos iniciais do ensino fundamental, a distância escola/casa conjugada à falta de transporte escolar, ausência de adulto na família que leve a criança até a escola, falta de interesse e ainda doenças/dificuldades dos alunos.

Ajudar os pais em casa ou no trabalho, necessidade de trabalhar, falta de interesse e proibição dos pais de ir à escola são motivos frequentemente alegados pelos pais a partir dos anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e pelos próprios alunos no ensino médio.

Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didático-pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar igualmente no Brasil e em Sergipe.

Modificar esse quadro não é tarefa fácil. Variáveis como situação social e dinâmica familiar estão envolvidas, entre outros elementos que vão além dos muros da escola, mas há posturas que podem ser adotadas e que podem melhorar gradativamente a situação.

Visitar a família nos moldes como atuam os agentes de saúde é uma estratégia importante, porque permite conhecer o problema de perto e definir com os pais as melhores estratégias para que a situação não se repita.

Se nenhuma das iniciativas da escola resolver o problema, ainda é possível recorrer ao conselho tutelar, que entra em contato com as famílias para exigir que os direitos da infância e da adolescência sejam cumpridos, ou mesmo ao ministério público, que pode pressionar pais e responsáveis sob pena de punições legais.

Um povo que não valoriza suas tradições acaba perdendo sua identidade.

É preciso incentivar manifestações folclóricas, recuperar as danças típicas, divulgar comidas regionais apoiar os nossos artistas e artesãos. Infelizmente os governantes investem pesadamente em artistas de outros Estados para animar as tradicionais festas populares, marginalizando o artista da terra, como também negligencia a manutenção de espaços culturais como o teatro Tobias Barreto e o centro de convenções, por exemplo.

Em todos os sentidos, cabe ao Estado oferecer condições para garantir a permanência dos alunos na escola, com ensino público de qualidade equivalente ao ofertado pela rede particular, promover ações voltadas para o desenvolvimento da cultura, para o esporte e para o lazer e assim estará transformando nosso Estado em referência na qualidade do ensino e forjando verdadeiros cidadãos.

A educação de nossas crianças, jovens e adulto é importante e prioritária para Sergipe e no nosso governo os investimentos e ações serão efetivados contemplando o ensino em seus três componentes: o ambiente escolar, o professor e o aluno.

COMPROMISSOS NA EDUCAÇÃO

Objetivo 2: Tornar Sergipe referência em educação

Esse objetivo materializa as nossas aspirações e ideais de oferecer educação de qualidade à nossa gente, condição indispensável ao resgate da cidadania.

1 - Elevação da qualidade do ensino médio, com investimento em docentes, planos de ensino e equipamentos.

- ✔ Realizar investimento na infraestrutura das unidades educacionais em parceria com o governo federal, melhorando o ambiente educativo para dar aos alunos a condição básica que garanta o ensino e a aprendizagem;
- ✔ Ampliar e atualizar o acervo das bibliotecas disponibilizando uma biblioteca básica padronizada em cada unidade escolar;
- ✔ Transformar as escolas em centros de referência para as ações da comunidade;
- ✔ Elevar a qualidade do ensino médio, com investimento em docentes, planos de ensino e equipamentos;
- ✔ Dotar as escolas de material pedagógico necessário e suficiente para dar suporte às atividades didáticas e melhorar o desempenho dos alunos;
- ✔ Ampliar a estrutura logística de transporte escolar;
- ✔ Ampliar gradativamente a oferta de vagas e profissionais nas unidades educacionais para pessoas com necessidades especiais, e viabilizar as condições de acessibilidade.

- ✔ Analisar a viabilidade de criação de uma escola militar, com apoio técnico e financeiro do governo federal.

2 - Redução do índice de evasão escolar e do analfabetismo

- ✔ Aprimorar o cardápio que é oferecido nas escolas incluindo novos itens elaborados dentro do conceito de alimentação saudável;
- ✔ Apoiar a realização de gincanas escolares;
- ✔ Avaliar a metodologia e a proposta pedagógica atualmente praticadas na rede estadual e municipal;
- ✔ Adotar, em ação conjunta com os municípios, metodologia de alfabetização e ensino de matemática e para crianças e jovens, adequadas à realidade local;
- ✔ Criar programa de implantação e implementação de laboratórios de informática nas escolas, articulado a programa de formação de docentes, no formato ead para elaboração de projetos educacionais que envolvam o uso das tecnologias na educação;
- ✔ Ampliar em parceria interministerial o número de escolas com acesso à internet;
- ✔ Criar incentivos à permanência na escola dos alunos mais vulneráveis ao abandono;
- ✔ Aumentar gradativamente o número de profissionais e de vagas de ensino profissionalizante, integrado com o ensino médio;
- ✔ Ampliar gradativamente a oferta de vagas e profissionais especializados em ensino para pessoas com necessidades especiais, e viabilizar as condições de acessibilidade;
- ✔ Implantar e implementar programas de atenção à primeira infância, envolvendo ações da educação, saúde e assistência social que privilegie as crianças em situação de risco e vulnerabilidade social;
- ✔ Fomentar a ampliação da rede de creches, por meio de incentivo direto aos municípios ou de constituição/ampliação de parcerias com organizações da sociedade civil que desenvolvam este trabalho;
- ✔ Utilizar espaços em parques para instalação de creches apoiando ações municipais ou celebrando PPPs;

✔ Valorizar ações que realizem atendimentos específicos nas empreáreas de assistência social e saúde voltadas às crianças com deficiência e ações de apoio a suas famílias;

✔ Promover a execução de programa de alfabetização de adultos.

3 - Fortalecimento os processos de gestão democrática das escolas

✔ Descentralizar a gestão de recursos financeiros;

✔ Trabalhar para a melhoria das ações de gestão administrativa e pedagógica das unidades educacionais;

✔ Implantar um sistema de avaliação do desempenho das escolas estaduais e municípios que servirá de base para cálculo do valor dos repasses diretos;

✔ Capacitar servidores para o exercício de atividades de gestão escolar.

4 - Implantação e implementação gradativa do programa estadual de escola em tempo integral na educação básica

✔ Implantar instrumento de avaliação periódica do programa nas escolas;

✔ Incluir na grade curricular cursos de preparação para o trabalho e aulas de educação financeira e endedorismo;

✔ Oferecer programas de incentivo à prática de esportes nos moldes do programa nacional “segundo tempo” do ministério dos esportes ;

✔ Aumentar gradativamente as vagas de ensino profissionalizante integrado com o ensino médio.

5- Valorização do profissionais do sistema educacional

Estruturar plano estadual de cargos e carreira, onde os cargos de gestão escolar sejam ocupados por profissionais técnicos e não por indicação política e se estabeleça carga horária mínima para formação em serviço;

✔ Oferecer condições básicas nas unidades educacionais para que possam efetivamente realizar suas atividades;

- ✔ Apoiar os professores no enfrentamento da violência na escola ampliando a vigilância através de contrato com empresas especializadas;
- ✔ Inserir no plano o cargo de agente de educação como auxiliar do professor na sala de aula e apoio ao aluno na realização das tarefas de casa;
- ✔ Investir na formação em serviço e continuada do corpo docente, fixando uma carga horária mínima semanal para esta formação;
- ✔ Definir critérios baseados na meritocracia, para escolha de gestores escolares;
- ✔ Investir na formação em serviço e continuada dos profissionais selecionados para os cargos de gestão escolar;
- ✔ Adotar e implementar programa de formação de docentes, no formato ead para elaboração de projetos educacionais que envolvam o uso das tecnologias na educação;
- ✔ Promover a realização de concursos públicos, na medida das necessidades.

6 - Incentivo e apoio a atividades culturais, esportivas e de lazer

- ✔ Apoiar a realização de gincanas escolares;
- ✔ Instituir bolsa atleta para atletas e treinadores selecionados por critérios objetivos com base no desempenho e potencialidade de crescimento;
- ✔ Incentivar a prática de esporte e promover aquisição de equipamentos para manutenção de complexos esportivos;
- ✔ Incentivar e apoiar as práticas esportivas e culturais do município em todas as modalidades, incluindo times amadores, clubes e associações culturais e tradicionais;
- ✔ Incentivar o resgate de torneios nas comunidades;
- ✔ Realizar bianualmente, festival sergipano de cultura;
- ✔ Recuperar e reativar espaços culturais e esportivos;
- ✔ Formalizar ppps para recuperação e exploração de parques e manutenção de praças como espaços adequados à prática de atividades físicas e de lazer.

SAÚDE

Neste campo de trabalho, daremos ênfase a três pilares:

- 1 Cogestão entre Estado e Municípios com foco na atenção básica;
- 2 Tornar efetiva a regionalização dos serviços de saúde;
- 3 Eficiência e Humanização do SUS.

SITUAÇÃO ATUAL

Elemento fundamental entre os indicadores da qualidade de vida de uma população, a saúde transcende à simples prestação de serviços essenciais e à não ocorrência de doenças; implica em muito mais: estende-se ao ambiente social, especialmente as condições de vida nos municípios, os conhecidos fatores condicionantes: alimentação, moradia, saneamento, entre outros.

É assunto de interesse público e direito básico da pessoa humana.

Em Sergipe, a situação da saúde é muito preocupante, tendo em vista o quadro geral da população, a situação precária das unidades de saúde; déficit no quantitativo de profissionais nas diversas categorias, impossibilitando a assistência adequada, entre tantos outros problemas.

São elevadas as taxas de incidência de doenças e é crítica a oferta dos serviços de saúde, perceptível pela demora e precariedade na realização de procedimentos e atendimentos, e também pela caótica oferta de leitos hospitalares e unidades de tratamento intensivo.

Podemos afirmar que a saúde do Estado está no fundo do poço ou na linguagem do setor, está na uti e o problema não é apenas financeiro, mas fundamentalmente, de gestão.

Um exemplo é o déficit no número de leitos que não significa apenas ausência de acomodação digna para atendimento ao paciente, mas também a incapacidade dos hospitais regionais realizarem esse atendimento pela falta de equipamento, pessoal especializado e material necessários, o que resulta em leitos ociosos no interior enquanto se incham hospitais em Aracaju.

Pessoas vêm do interior em busca de tratamento de saúde dependendo de casas de apoio mantidas por políticos, o que expressa uma verdadeira confissão da ineficiência do setor.

A superlotação dos hospitais de urgência provoca a falta de medicamentos, macas e até materiais dos mais simples como algodão, gase, película de rx; materiais para exame laboratoriais; sondas de todos os tipos; equipamentos de prote-

ção individual, sem falar na falta de equipamentos mais sofisticados ou, quando existentes, frequentemente parados por falta de conserto ou manutenção.

Pacientes acumulados em macas, em cadeiras ou no chão, em corredores de hospitais como num *“cenário de guerra”*, aguardam atendimento.

As atribuições do Estado na saúde e no sistema único de saúde estão definidas constitucionalmente.

O Estado tem o dever de prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde, inclusive no que diz respeito à vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação e nutrição e saúde do trabalhador, sem negligenciar o controle de ocorrências no meio ambiente que tenham repercussão na saúde humana.

Em síntese e em linhas gerais, é dever do Estado promover a descentralização, implementar e monitorar redes hierarquizadas do sus e executar programas de saúde relacionados aos serviços e ações de média e alta complexidade.

As secretarias de saúde devem formular, executar, acompanhar e avaliar a política de insumos e equipamentos para a saúde, identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional, bem como coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa.

O Estado não pode se omitir das suas competências como vem acontecendo em Sergipe, onde existem sistemas municipais isolados, superlotados e sucateados.

A municipalização da saúde não atende às demandas no setor. Faltam aos municípios condições técnicas e financeiras para garantir o atendimento digno e eficiente aos usuários do sus porque o Estado não atende à exigência legal nem às demandas no setor, ocorrendo rotineiramente atrasos deliberados de recursos que deveriam estar nos municípios e desaparecem na burocracia do governo.

O povo sergipano não aceita mais conviver essa situação.

Todo cidadão merece e tem direito de ser atendido e tratado na região onde mora porque ninguém pode ser privado de receber tratamento eficiente e humano, importante para cada pessoa, mas também para a coletividade e para o poder público que deve oferecer todas as condições para manter o indivíduo no convívio familiar e produzindo no mercado de trabalho.

Essa são algumas das razões que fazem Sergipe ocupar apenas 19º lugar no ranking nacional em qualidade dos serviços de saúde (revista exame, 12/03/2015), vivendo, inclusive o perigo de ver o hospital de urgência – huse – perder o certificado de alta complexidade, e assim perder mais uma vez fonte de financiamento do governo federal. Tem sido uma constante no governo de Sergipe não acompanhar as ações pactuadas com o governo federal e assim ter que devolver dinheiro que veio para melhorar a saúde do sergipano;

Diante desse cenário, fácil é entender a vergonhosa posição ocupada pelo nosso Estado, o que precisamos e nos comprometemos a modificar.



O governo do novo Sergipe irá garantir ao cidadão sergipano o direito fundamental de ser atendido e tratado na região onde mora promovendo ações diretas da administração pública ou em parceria com a iniciativa privada nas diferentes escalas e esferas de poder de maneira a proporcionar o melhor nível de oferta e de qualidade dos serviços de saúde e o desenvolvimento institucional do sus, agindo proativamente em prevenção.

Naturalmente, atualmente existem uma série de desafios para a saúde em Sergipe. São as principais: 1) garantir acesso às ações e serviços de saúde, atendendo aos níveis de complexidade, baseado na análise técnica das necessidades de cada indivíduo, de modo a atender integralmente o direito à saúde; 2) informatizar a rede de atenção à saúde (ras), integrando e interagindo a central de regulação estadual (cre) e central de regulação regional (crr) de forma a garantir o direito à saúde da população por meio da oferta das necessidades básicas de cada cidadão; 3) promover a descentralização e a hierarquização dos serviços por meio das regionais de saúde; 4) fomentar e fortalecer a ras, por meio de pcdt e operacionalização das linhas de cuidados com ofertas de serviços essenciais através dos centros de referências regionais (crr).

COMPROMISSOS NA SAÚDE

Objetivo 3: Tornar Sergipe referência em qualidade da saúde

1 - Aplicação de recursos em investimento e melhoria do sistema de saúde

-  Identificar por meio do sistema de informação todas as necessidades de saúde da população nos diversos níveis de atenção, realizando em 2019 diagnóstico do setor;
-  Fortalecer a gestão do sus adotando novas tecnologias voltadas para regulação de urgências, avaliação, auditoria e controle social do sus, eficiência na dis-

tribuição regional dos leitos hospitalares e leitos de uti disponíveis pelo sistema público de saúde;

- ✔ Estruturar as redes de atenção à saúde (RAS);
- ✔ Estabelecer o fluxo de referência e contra-referência no âmbito da saúde respeitando o plano diretor de regionalização e as pactuações;
- ✔ Contratar médicos emergencistas para os hospitais regionais e para o huse;
- ✔ Estabelecer linha de educação permanente integrada como base de qualidade/eficiência saúde;
- ✔ Adequar e equipar os hospitais regionais existentes, otimizando o atendimento imediato da população local e liberando leitos para atendimento nos hospitais na capital;
- ✔ Estimular a melhoria dos espaços físicos dos postos de saúde, em parceria com o município;
- ✔ Priorizar a eficiência nas ações e serviços prEstados, humanizando e melhorando a qualidade do atendimento;
- ✔ Fazer cumprir o direito constitucional de todos cidadãos, com universalidade, equidade e integralidade do atendimento, combatendo a inequidade causada pela má-gestão;
- ✔ Fortalecer o sistema estadual de assistência farmacêutica melhorando a aquisição e cobertura de medicamentos básicos e de fornecimento gratuito;
- ✔ Estender a integração do almoxarifado central para os municípios;
- ✔ Implementar ações e serviços de saúde bucal;
- ✔ Aprimorar políticas que atendam à população vulnerável – crianças, idosos, portadores de deficiências, mulheres;
- ✔ Atuar junto a deso para ampliar o sistema de esgotamento sanitário e estimular a participação da sociedade na solução dos problemas relacionados a saneamento;
- ✔ Universalizar o acesso à coleta e tratamento de esgoto, a través de ppps;
- ✔ Celebrar ppps e convênios com clínicas particulares, hospitais universitários e planos de saúde para atendimento a pacientes que não possam ser absorvidas pela rede pública;

- ✔ Estender o atendimento médico à comunidade e planos de saúde, como fontes de renda para manutenção do hpm;
- ✔ Desenvolver serviços de atendimento à urgência e emergência, incluindo o serviço móvel;
- ✔ Apoiar atividades de organizações que cuidam da saúde animal, com aquisição de leitos na rede privada para animais em situação de abandono;
- ✔ Ampliar o serviço interfederativo de garantia de acesso universal – sigau – estendendo a regulação para toda cadeia da saúde pública, inclusive as urgências nos municípios;
- ✔ Priorizar a reciclagem de resíduos sólidos através de ppps, em relação à disposição final em aterros e lixões;
- ✔ Fomentar e fortalecer a regulação do tratamento do câncer a partir da atenção primária à saúde;
- ✔ Estabelecer linha de educação permanente integrada como base de qualidade/eficiência saúde;
- ✔ Construir linhas de cuidado em saúde – hierarquizada – de acordo com as maiores necessidades de saúde (cirurgia geral, cirurgias ortopédicas, cirurgias urológicas,
- ✔ Construir o pcta de acordo com normas do ms/conitec/anvisa e revisá-lo a cada trimestre com incorporação de novas tecnologias em saúde;
- ✔ Estabelecer novas tecnologias em saúde na rede assistencial tanto para exames especializados como para procedimentos de média e alta complexidade;
- ✔ Organizar as portas de entradas da saúde (rede) por meio da central de regulação estadual integrada a centrais regionais de saúde;
- ✔ Acompanhar, monitorar e avaliar a eficácia dos programas de saúde;

2 – Gestão de recursos descentralizados

- ✔ Buscar recursos de custeio mensal por meio do ministério da saúde a fim de fomentar as políticas públicas e sociais de saúde;
- ✔ Efetivar a municipalização, regionalização e a descentralização das ações e serviços de saúde;
- ✔ Dar prioridade à gestão de unidades dos serviços de saúde sob a responsabilidade direta do Estado e para serviços próprios e filantrópicos na aplicação de recursos;

- ✔ Estender a integração do almoxarifado central para os municípios;
- ✔ Integrar um único software entre Estado e Municípios objetivando Avaliação, Auditoria, Controle e Regulação das ofertas de serviço e garantia de operacionalização das necessidades do usuário e de execução do pleito;
- ✔ Celebrar PPPs e convênios com clínicas particulares, hospitais universitários e planos de saúde para atendimento a pacientes que não possam ser absorvidas pela rede pública, zerando as filas de espera;
- ✔ Construir PPI – Programação Pactuada Integrada- de acordo com as vulnerabilidades e necessidades de saúde de cada região;

3 - Valorização da atuação dos servidores do sistema de saúde do Estado

- ✔ Oferecer incentivos para atrair e fixar profissionais de saúde para regiões carentes de assistência;
- ✔ Implantar política de educação permanente para os servidores auxiliares da área de saúde;
- ✔ Estruturar plano estadual de cargos e carreira fortalecendo a meritocracia mitigando a influência políticas nas nomeações.

4 - Compromissos de alto impacto para saúde

- ✔ Retomar a obra do hospital do câncer de Sergipe – hose, priorizando a construção por etapa de acordo com as maiores necessidades da população, como complemento das ações a unacon-huse:
 - 1** Construção da ala do centro cirúrgico, uti, enfermaria e bloco de diagnóstico e imagem;
 - 2** Construção do bloco especializado em transplante de medula, transplante de rim, transplante de coração e transplante de córnea, se caracterizando como hospital especializado do câncer e de transplantes;
 - 3** Construção de ambulatórios de especialidades;
- ✔ Criar o centro de referência em reabilitação pulmonar;
- ✔ Otimizar e regionalizar o serviço de atendimento aos renais crônicos;
- ✔ Criar Centros de Especialidades Médicas Regionais (CEM-SES);

- ✓ Melhorar o atendimento à população com a contratação de médicos especialistas como pediatra, geriatra, psiquiatra, ortopedista, e outros que venham atender no município, em ações diretas ou através de convênios ou PPPs;
- ✓ Contratar serviços especializados para zerar

SEGURANÇA

Situação atual

Da mais absoluta relevância é a questão da violência urbana e rural, fator que tem se agravado nos últimos anos, especialmente entre os jovens.

Segundo o mapa da violência 2016, nosso Estado ocupa o primeiro lugar em número de homicídios, que se materializam em um número de 64 assassinatos por 100 mil habitantes. Some-se a isso a visível deterioração dos serviços públicos prestados.

Os serviços, no que diz respeito à qualidade, localização e gestão, não são suficientes para atender às demandas, e sua governança perde prestígio e respeito junto à opinião pública pelo uso indevido de recursos.

Sergipe já foi considerado um dos melhores Estados em qualidade de vida, graças, entre outros fatores, à segurança. Aracaju chegou a adotar outrora o slogan de “capital da qualidade de vida”.

Essa situação caótica se explica pelo descaso do governo, inclusive com fechamento postos policiais e fiscais, redução do efetivo policial e corte de investimentos e despesas públicas no setor, com o consequente sucateamento dos órgãos de segurança.

Aliado a isso, a ausência de uma fiscalização ostensiva nas divisas e no aeroporto torna o acesso a Sergipe verdadeiras portas abertas para a entrada de armas e drogas suprimindo o mercado local e servindo de corredor de passagem para outros Estados.

Policiais são desviados das atividades que lhe são próprias, para o exercício em gabinetes, ou como segurança de autoridades, com o esvaziamento das delegacias.

A consequência imediata de tudo isso é fragilização dos serviços de segurança, polícia desarmada sem apoio de tecnologia moderna, sem viaturas adequadas e o resultado são municípios vulneráveis, à mercê de bandidos, enquanto o policial despreparado se transforma em burocrata.

Iluminação precária, especialmente nos bairros de periferia, prédios, praças e outros logradouros públicos abandonados que servem de refúgio para toda classe de delinquentes, inclusive como pontos de venda de drogas, são fatores que, conjugados à falta policiamento nas ruas transformam Sergipe no Estado onde proporcionalmente se comete mais assassinatos no país.

Analisando dados do Estado podemos inferir que a escalada da criminalidade vem aumentando, especialmente os crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Está em curso a interiorização da violência, ou melhor, as aglomerações urbanas permanecem com elevadas taxas de criminalidade, mas outras regiões também mostram essa mesma escalada. Este retrato alarmante indica que se trata de problema crônico, agravado pela deficitária capacidade de resposta do Estado.

Diante dos dados e fatos expostos, constatamos um cenário de guerra urbana, que tende a piorar com a combinação de diversos fatores relacionados à má administração: déficit no efetivo das polícias civil e militar e corpo de bombeiros; estrutura administrativa precária (prédios, instalações, infraestrutura); falta de condições de trabalho (alimentação, materiais, sistema de informática) e equipamentos (viaturas, armamento, coletes).

Assim sendo, o Estado não consegue prestar um serviço de qualidade para o cidadão, socorrer a vítima, dar assistência à família e demais prejudicados, prevenir e reprimir o crime. Ao contrário, potencializa os efeitos da violência nas cidades, produz crescimento descontrolado da clientela prisional e difunde a cultura do medo e da insegurança.

A sociedade assustada, refém da bandidagem, já não confia na polícia como garantia da sua integridade física e do seu patrimônio, restringindo, inclusive, seu direito de ir e vir.

Certamente, a violência não se combate apenas com o aumento do efetivo nas ruas. É imprescindível que os policiais sejam preparados e valorizados pela corporação a que está vinculado e tenha disponíveis os meios necessários para que possam exercer eficientemente suas funções.

Paralelamente, o Estado dos prédios públicos, delegacias e unidades prisionais locais depõem contra a dignidade do ser humano. O que se observa hoje, em Sergipe é o cidadão fragilizado que procura a instituição em busca de um bom atendimento, sendo recebido, nem sempre, por pessoal capacitado e frequentemente

te em ambiente inadequado, insalubre, carente de uma estrutura administrativa mínima, em boas condições físicas e sanitárias, e submetido a procedimentos burocráticos que acabam por retardar ou inviabilizar aquilo que ele busca: a ação rápida e eficiente da polícia.

Constitucionalmente, a segurança pública deve ser uma prioridade do Estado, e do nosso governo certamente será.

Pretendemos reformular a noção e a forma de atuação das corporações de segurança pública (polícias militar e civil, bombeiros e defesa civil), assegurando condições de trabalho e valorização profissional dos servidores, eficiência na resposta estatal e atendimento adequado ao cidadão.

COMPROMISSOS NA SEGURANÇA

Objetivo 4: *Recolocar Sergipe entre os cinco Estados mais seguros do Brasil*

1 - Valorização dos policiais

- ✔ Ampliar o sistema de gratificação por apreensão de arma de fogo ilegais;
- ✔ Reestruturar plano estadual de cargos e carreira, com critérios e normas objetivas de ascensão, estabelecendo limites e condições para o deslocamento de servidores para órgãos estranhos a sua alocação original a fim de que se obtenha um quadro de pessoal mais efetivo blindado a interferência política;
- ✔ Fixar critérios objetivos para premiação por ato de bravura, afastando interferência política;
- ✔ Oferecer, periodicamente cursos de reciclagem na área de segurança pública;
- ✔ Reativar do hpm em ação conjunta com a secretaria de saúde;
- ✔ Realizar concurso público para ocupantes de cargos da atividade meio, liberando os policiais de atividades burocráticas;
- ✔ Implantar um sistema de seleção baseado em meritocracia, com objetivos claros, para lotação das delegacias, em substituição aos critérios políticos;
- ✔ Realizar exames periódicos da tropa no HPM;
- ✔ Convocar todos soldados e cadetes aprovados em concurso para provimentos do corpo de bombeiros do Estado de Sergipe;
- ✔ Patrocinar campanhas de valorização das ações das polícias nos veículos de comunicação;

- ✔ Reativar e estruturar os postos policiais e fiscais nas divisas para dificultar a entrada e tráfico de drogas e armas oriundos dos Estados vizinhos.

2 - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

- ✔ Modernizar a estrutura administrativa policial, e estimular a atuação conjunta das instituições de segurança pública;
- ✔ Ampliar e reestruturar órgãos e delegacias, com vista a instalações adequadas e com melhor localização e estrutura para a população;
- ✔ Reestruturar o sistema prisional do Estado, celebrando ppps e expandir as vagas do sistema prisional;
- ✔ Ampliar e reestruturar as casas para atendimento de menores infratores e adotar práticas efetivas de capacitação para o trabalho como forma de reabilitação e ressocialização;
- ✔ Implementar sistema único de tecnologia da informação, interligando as instituições de justiça criminal e órgãos públicos;
- ✔ Fortalecer os conselhos comunitários de segurança pública, o policiamento comunitário e as ouvidorias;
- ✔ Investir em atividades de inteligência estratégica.

3 - Redução do índice de violência pelo combate intransigente ao tráfico de drogas e armas

- ✔ Modernizar sistemas de comunicação;
- ✔ Melhorar o sistema prisional com possibilidade de firmar-se ppps para administração de presídios;
- ✔ Expandir o número de vagas do sistema para acolhimentos de detentos em condições de respeito à dignidade da pessoa humana;
- ✔ Aumentar o efetivo através do retorno de policiais cedidos para outros órgãos ou desviados para atividades administrativas;
- ✔ Avaliar a qualidade e cobrar da empresa distribuidora, melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica especialmente no que diz respeito à iluminação de ruas e outros logradouros públicos;
- ✔ Apoiar a reativação do serviço da polícia comunitária em parceria com a

guarda municipal;

- ✔ Contratar e empresas de vigilância para realizar a segurança em prédios e órgãos públicos;
- ✔ Recuperar a frota de veículos para serviço;
- ✔ Reativar e estruturar os postos policiais e fiscais nas divisas para dificultar a entrada e tráfico de drogas e armas oriundos dos Estados vizinhos;
- ✔ Realizar campanhas educativas relativas aos efeitos do uso de drogas e violência, em escolas, igrejas, associação de moradores, comunidades em geral;
- ✔ Instaurar e operacionalizar programas de identificação através de câmeras e monitoramento de divisas;
- ✔ Identificar e combater os mercados públicos de venda de drogas ;
- ✔ Criar programa de utilização do trabalhos de detentos que voluntariamente desejem participar de mutirões de recuperação de unidades escolares e delegacias em troca de benefícios;
- ✔ Encaminhar, através de PPPs, usuários de droga para centros de recuperação onde se priorize a recuperação através do trabalho ;
- ✔ Reativar, fortalecer e interiorizar o serviço das rádio patrulhas;
- ✔ Aprofundar a fiscalização no aeroporto, instalando tecnologias modernas e a utilização de cães farejadores treinados para a detecção de drogas despachadas como bagagem.

HABITAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL

Segundo o centro das nações unidas para os assentamentos humanos/habitat falar de habitação hoje significa tratar da oferta de moradia em espaço adequado com acessibilidade física, segurança, garantia da posse, estabilidade estrutural e durabilidade, iluminação, ventilação adequados, infraestrutura básica apropriada, contendo equipamentos de água, esgoto e coleta de lixo, qualidade ambiental e fatores que respeitem as condições de saúde das pessoas que utilizam estes espaços, tudo isso próximo ao trabalho, a equipamentos públicos e a custos acessíveis.

Nesse contexto a política de habitação não existe no Estado. O que é oferecido à população são casas construídas em modelos que se repetem em todo o país, sem atender aos padrões familiares, culturais ou climáticos do Estado.

O que se diz política habitacional é, simplesmente, oferta de novas moradias sem a equivalente disponibilização de equipamentos urbanos e transporte.

Daí os resultados insatisfatórios que aparentemente reduzem o déficit habitacional.

Numerosas unidades carecem de água, esgoto, iluminação elétrica, pavimentação, banheiro digno, cobertura adequada, notadamente nas configurações de assentamentos precários, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, o que acarreta sérios problemas de saúde pública, pois não promove tratamento e destinação final do esgoto doméstico e dos resíduos sólidos.

Objetivo 5: Oferecer habitações de qualidade e com infraestrutura adequada à população

- ✔ Ampliar recursos destinados à habitação por meio de convênios com o governo federal;
- ✔ Criar programas voltados à recuperação de imóveis deteriorados;
- ✔ Desenvolver programas habitacionais voltadas especificamente para servidores estaduais civis e militares;
- ✔ Recuperar prédios abandonados, transformando-os em moradias adequadas para oferta à população de baixa renda a preços populares;
- ✔ Criar o programa meu imóvel é legal para regularização de imóveis urbanos e rurais sem escritura;
- ✔ Integrar à política de habitação todas as demais políticas urbanas;
- ✔ Suprir carências habitacionais da população, com deficiência de infraestrutura;
- ✔ Atuar em parceria com os municípios no processo de monitoramento da política de habitação;
- ✔ Promover parcerias com entidades e movimentos sociais que atuem na área de habitação;
- ✔ Adotar cadastro único e atualizado de candidatos e beneficiários de programas habitacionais;

- ✓ Identificar e adotar novas técnicas para construção de moradias dignas para pessoas de baixa renda, com menor custo;
- ✓ Expandir o abastecimento de água e esgotamento sanitário, seja com recursos públicos seja através de ppps.

Eixo 3. Empreender para crescer



SITUAÇÃO ATUAL

Uma das unidades federativas potencialmente mais ricas do Brasil, Sergipe é, atualmente, uma das piores economias do país.

A agricultura é a atividade econômica mais tradicional do Estado, segundo dados da Pnad, no último trimestre de 2016, Sergipe tinha 147 mil pessoas ocupadas nas áreas de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, valor que representa cerca de 17% das ocupações;

Comparado ao desempenho nacional, o PIB sergipano apresentou recessão nos últimos anos sendo o Estado que mais regrediu.

Os pomares, a maioria de base familiar, estão localizados predominantemente no sul do Estado, na região dos tabuleiros costeiros, estendendo-se pelos municípios de Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Itabaianinha (principal produtor), Lagarto, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Salgado, Tomar do Geru, Umbaúba e Santa Luzia do Itanhhy

A área contígua da região norte da Bahia e o pólo citrícola do sul de Sergipe, constituem possivelmente a maior área cultivada de toda a citricultura tropical do mundo.

Apesar do destaque no cenário citrícola brasileiro, a produção de citros em Sergipe passa por períodos de dificuldades, atribuídos majoritariamente à saturação de mercado, períodos de seca, baixa produtividade e longevidade dos pomares, que acabam por descapitalizar principalmente os pequenos produtores, que perdem poder de investimento em tecnologia de produção. A média de produtividade de citros na região está próxima das 14t/ha.

O Estado se caracteriza ainda pela produção de coco-da-baía, cana-de-açúcar, mandioca e milho.

Industrialmente, Sergipe é um Estado pouco desenvolvido. Destacam-se as indústrias extrativas e de transformação, mas carece de indústrias de beneficiamento que venham agregar valor às atividades extrativistas.

Dentre os principais itens da indústria de transformação estão os alimentícios, bebidas, têxteis e calçados.

A exploração de recursos minerais é outra atividade muito importante para o Estado, sendo explorados, em território sergipano, petróleo, gás natural, calcário e potássio. A petrobras, desde 1963, explora campos de petróleo e gás natural em carmópolis, um dos maiores campos petrolíferos do Brasil, localizado no leste sergipano.

Já a Vale explora a maior mina de potássio do hemisfério sul, localizada no município de Rosário do Catete. No litoral do Estado está situado o primeiro campo de petróleo marítimo descoberto no Brasil, o campo de Guaricema, encontrado a 80 metros de profundidade. Ao todo, Sergipe conta com 17 campos de petróleo, responsáveis pela produção de, aproximadamente, 47 mil barris por dia.

Outro destaque na economia sergipana é a hidrelétrica de Xingó, localizada junto ao Rio São Francisco, na divisa de Sergipe com Alagoas. Inaugurada em 1994, a usina permitiu a diversificação e o aumento da produção industrial no Estado. Ainda assim, a escassez de chuvas na região provoca a diminuição da produção de energia elétrica, consequentemente, retraindo a geração, a distribuição e a comercialização deste tipo de energia no Estado.

A situação das rodovias, o abandono das ferrovias e as limitações do porto dificultam o escoamento da produção sergipana, prejudicando o desenvolvimento econômico do Estado uma vez que essa dificuldade inibe as iniciativas de empresários interessados em investir em Sergipe.

A atividade tributária tem as finalidades de prover os recursos para a prestação dos serviços públicos e, no que for compatível com isso, favorecer as condições de competitividade das empresas na economia regional.

A atual política tributária do governo estadual, caracterizada por distorções e ineficiência fiscal, não estimula as atividades produtivas e, pelo contrário, se revela um fator inibidor de novas iniciativas.

A melhoria do desempenho arrecadatório exige revisão na concessão de benefícios fiscais, que apenas reduz os recursos do Estado sem impactos significativos de emprego, renda ou investimento bem como na tributação do ICMS.

Fica clara a necessidade de profundas modificações no âmbito tributário estadual, o que exigirá um extenso trabalho de desenvolvimento normativo e aplicação administrativa.

Fomentar o desenvolvimento exige investimento nos três componentes de toda atividade econômica: infraestrutura, mão de obra e segurança.

COMPROMISSOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Objetivo 6: Posicionar Sergipe entre os três Estados mais competitivos do nordeste

1 - Incentivo ao empreendedorismo com elevação do índice de competitividade

- ✔ Investir 6% do orçamento em infraestrutura;
- ✔ Desburocratizar e tornar mais ágeis e simples os procedimentos para registro de empresas e cumprimento das obrigações tributárias como incentivo ao empreendedorismo;
- ✔ Implantar a rede simples em municípios sergipanos, medida que levará à redução do tempo e do número de procedimentos de registro e licenciamento mercantil;
- ✔ Criar uma rede de atuação integrada composta por órgãos do governo, entidades de classe e sociedade, que darão suporte aos empreendedores;
- ✔ Determinar prazos para liberação de licenças;
- ✔ Reduzir o ICMS sobre mercadorias e serviços essenciais;
- ✔ Reduzir gradativamente a alíquota para exportação até atingir 0%;
- ✔ Reduzir gradativamente a alíquota icms sobre gasolina, diesel e etanol até atingir 18%;
- ✔ Tributar o querosene utilizado na aviação numa tabela regressiva baseada do número de voos oferecidos, chegando à alíquota mínima de 4%;
- ✔ Aumentar a capacidade do porto para receber navios de maior calado;
- ✔ Recuperar as rodovias, especialmente as que dão acesso aos Estados vizinhos e integração com o porto;
- ✔ Celebrar ppps para manutenção e exploração das rodovias, com cobrança de pedágio a ser descontado do ipva dos usuários;
- ✔ Analisar a viabilidade de recuperação, através de ppps, da malha ferroviária para interligar as zonas industriais ao porto e utilização de transporte hidroviário como alternativas para o transporte de cargas e passageiros;
- ✔ Instalar dutos para transporte de combustíveis;
- ✔ Ampliar a infraestrutura dos principais roteiros turísticos do Estado investindo em equipamentos turísticos e culturais;

- ✔ Reformar o centro de turismo de Aracaju;
- ✔ Recuperar o centro de convenções de Sergipe através de PPPs;
- ✔ Incentivar a implantação de indústria de transformação e beneficiamento que venham a agregar valor às atividades agropecuária e extrativistas;
- ✔ Fomentar o cooperativismo no agronegócio;
- ✔ Priorizar as fontes renováveis na geração de energia elétrica;
- ✔ Oferecer isenção tributária para a aquisição de equipamentos para energia solar e eólica.

2 - Geração de emprego e renda

- ✔ Apoiar instituições operadoras de microcrédito urbano e rural;
- ✔ Incluir oficinas de ensino profissionalizante e técnico e aulas de empreendedorismo e gestão no currículo das escolas de tempo integral;
- ✔ Ampliar a assistência técnica e financeira para os agricultores familiares;
- ✔ Promover a colocação de jovens no mercado de trabalho através de programas de primeiro emprego;
- ✔ Instituir o CNH social, com isenção de taxas para pessoas de baixa renda, na obtenção da primeira carteira;
- ✔ Implantar escolas técnicas – etcs vocacionadas por região.

3- Incentivo a startups e inovação

- ✔ Criação de comitê e rede de colaboração para inovação no Estado: Sergipe-tec, prefeituras, sedetec, cajuvalley, sebrae, senai, fies, iel, senac, cje, fecomércio, câmara de ti e inovação, universidades, secretarias municipais, investidores e institutos;
- ✔ Criar o programa “startup Sergipe” que irá englobar todas ou parte das ações listadas neste documento;
- ✔ Inserir representantes das startups e do ecossistema em conselhos e grupos que influenciam nas decisões econômicas do Estado;
- ✔ Instituir calendário anual de eventos de inovação e startup com apoio e colaboração do Estado: demoday, campus party, startup weekend, hackatons, entre outros;

- ✔ Apoiar a criação de portal e portfólio sergipano de startups, disponibilizando na rede todo leque de startups sergipanas;
- ✔ Estimular órgãos governamentais a buscar startups que podem resolver problemas do dia a dia do setor público;
- ✔ Eriar seleção pública de projetos de startups que resolvem problemas públicos e governamentais (vide pitch Salvador);
- ✔ Implantar gestão do Sergipetec através de ppp, disponibilizando ambiente para criação de uma aceleradora e potencializando a atuação da incubadora de empresas;
- ✔ Criar o HUB Aracaju– reaproveitamento de espaço defasado da cidade para criar uma estrutura e ambiente gerido por iniciativa privada com objetivo de incubar e acelerar startups;
- ✔ Incentivar a criação e disseminação de empresas juniores;
- ✔ Potencializar acriação da escola do empreendedor em parceria com o sebrae – programas de capacitação para pessoas que querem criar uma startup e não sabem como começar;
- ✔ Realizar evento de atração de investidores para conhecerem startups locais;
- ✔ Criar fundo gerido pelo banese para investimento em startups;
- ✔ Criar mapa virtual de startups e instituições do ecossistema;
- ✔ Apoiar missões empresariais juntamente com o sebrae (visita a vale do silício, visita a ecossistemas mais desenvolvidos como sc e pe);
- ✔ Criar “zonas francas” (com incentivos fiscais) para startups que forem aceleradas e incubadas nos projetos do governo e do ecossistema;
- ✔ Criar e programas de capacitação tecnológica e de linguagens de programação (escola públicas e privadas) para formatação de mão-de-obra especializada;
- ✔ Instituir prêmios direcionados a empresas e pessoas que criarem projetos que resolvam problemas sociais ou problemas da gestão pública;
- ✔ Criar um programa equivalente ao sinapse da inovação.

CONCLUSÃO

Em nossa apresentação, afirmamos que este documento é o registro dos compromissos assumidos por nós com o povo sergipano.

Um compromisso com a renovação da política e que passa longe do critério idade. Trata-se de práticas, de comprometimento para que o Estado saia desse cenário de letargia e vergonha em que se encontra hoje.

Pelo conteúdo, explicitado nos objetivos e nas diretrizes estabelecidas, reafirmamos que não oficializa um compromisso direcionado apenas aos nossos eleitores e muito menos, um contrato firmado com aliados, estabelecendo “quotas” para divisão do “bolo” no futuro.

Direciona-se a todo o povo sergipano.

As alianças firmadas com aqueles que comungam com nossos ideais, são como uma declaração do desejo de implantar uma nova forma de fazer política, dissociada dos velhos métodos próprios dos que pretendem, unicamente, servir-se de cargos para que foram eleitos em lugar de servir a toda a sociedade.

Considerando as dificuldades de acesso aos órgãos da administração, para obtermos estatísticas com dados confiáveis, valemo-nos de índices e pesquisas publicados e os conhecimentos técnicos dos que colaboraram na elaboração desse documento, conjugados às nossas próprias experiências de trabalhador que vive, no seu dia a dia, as mesmas dificuldade enfrentadas por todos os cidadãos comuns

Dissemos que se trata de uma obra inacabada.

Isso porque, como todo planejamento, está aberta a revisão e incorporação de novas demandas que venham a ser identificadas, mas aberta, também, porque registra, como uma bússola, somente indicadores dos rumos que pretendemos seguir para atingirmos a reconstrução um Sergipe maior, mais desenvolvido, onde os cidadãos possam trabalhar com tranquilidade e desfrutar, da qualidade de vida a que tem direito, e já conheceu no passado.

O que falta a esse plano será completado até 31-12-2018, no período de transição entre governo que sai e o novo governo, quando as equipes dos diversos setores, tendo em mãos dados concretos, irão detalhar as estratégias aqui delimitadas para cada objetivo, decompondo-as num plano de ações, no qual constem o cronograma de execução, a estimativa de custos, os setores responsáveis e as possíveis fontes de recursos disponíveis.

Estaremos então prontos para entregar à comunidade um plano que não será nosso, mas de toda a sociedade que deverá acompanhar passo a passo sua execução e cobrar do governante o cumprimento de cada compromisso ora assumido.

Vamos juntos construir uma nova história para Sergipe!